



DIA A DIA

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242 0673 - 2231 2281

**SEJA
SÓCIO
VOCÊ
TAMBÉM**

www.bancariospetropolis.com.br

Ano XIV nº 4028 – 10 de janeiro 2011

Bancários querem lei que enquadre assédio moral como acidente de trabalho

O assédio moral está cada vez mais presente nos bancos e empresas de crédito. Milhares de bancários são vítimas desta prática todos os dias.

Para tentar mudar essa triste realidade, os deputados federais Ricardo Berzoini (PT-SP), Pepe Vargas (PT-RS), Jô Moraes (PCdoB-MG), Paulo Pereira da Silva (PDT-SP) e Roberto Santiago (PV-SP) apresentaram em abril do ano passado, em atividade comemorativa do "Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes do Trabalho", o projeto de lei 7.202/2010, com o apoio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outras centrais sindicais, cujo objetivo é alterar a Lei Previdenciária nº 8.213/91, enquadrando o assédio moral como acidente do trabalho.

Em entrevista ao sítio do Sindicato dos Bancários de Brasília, que acompanha de perto a tramitação da proposta na Câmara dos Deputados, o relator do projeto, deputado federal Vicentinho (PT-SP), fez uma previsão otimista. Ele prevê que a proposição deve ser votada ainda no primeiro trimestre de 2011.

Prazo: Os Sindicatos, a CUT, outras centrais sindicais e a Contraf-CUT apoiam o projeto. Os bancários lutam contra o assédio moral há anos e conseguiram incluir uma cláusula de prevenção dos conflitos no ambiente de trabalho na Convenção Coletiva de Trabalho 2010/2011.

O projeto que tramita em caráter conclusivo, ainda será analisada pelas comissões de Seguridade Social e Famílias; de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ele não precisa ser votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo. A proposta perde esse caráter em duas situações: *se houver parecer divergente entre as comissões (rejeição por uma, aprovação por outra) ou se, depois de aprovado pelas comissões, houver recurso contra esse rito assinado por 51 deputados (10% do total). Nos dois casos, o projeto precisará ser votado pelo Plenário.*



CUT DEFENDE SALÁRIO MÍNIMO DE 580,00



O secretário-geral da CUT, Quintino Severo, não ficou satisfeito com a proposta da emenda apresentada na última sexta-feira, dia 7, pelo Congresso.

Eles querem aumentar o salário mínimo para R\$ 560,00, a qual Severo alega ser insuficiente, pois a meta da Central dos Trabalhadores é que seja pelo menos de R\$ 580,00.

A emenda será apresentada pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em resposta ao veto de valores maiores que R\$ 540,00, na Medida Provisória anunciada pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega. A votação sobre o possível reajuste deverá ocorrer no próximo mês, no início da nova legislatura.

Maiores informações em nossa página

Vida financeira melhorou para 77% das famílias



Estudo divulgado no último dia 6 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica que 77% das famílias brasileiras afirmaram, em dezembro, que estavam melhor financeiramente do que um ano antes, enquanto 19,8% sentiam-se em situação pior. O estudo foi realizado em 3.810 domicílios, em 214 municípios de todas as unidades federativas.